

RIKBAK TSA: UMA HISTÓRIA SOB DUAS PERSPECTIVAS  
RIKBAK TSA: ONE HISTORY UNDER TWO PERSPECTIVES

*Vanilda dos Reis*<sup>1</sup>

*Cecília de Campos França*<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente estudo busca fazer a contextualização histórica da etnia Rikbaktsa que imemorialmente habita a bacia do rio Juruena ao noroeste do Estado de Mato Grosso. Tendo em vista que há pouca coisa estudada e escrita sobre ela e os registros existentes até o momento têm como referência um ou outro não índio, que na ocasião do contato conviveram com a etnia supracitada. Tecemos uma comparação entre dois olhares para a história dos Rikbaktsa – o dos não índios e o de um Rikbaktsa. Os primeiros trazem o ponto de vista e as emoções de pessoas que eram extrínsecos a esta cultura, pois, participaram de um curto hiato temporal na vida destes indígenas, que é conhecido por alguns pesquisadores como período de *pacificação*. Levamos em conta também o fato destas pessoas estarem na posição de *pacificadores*, o que conseqüentemente era uma posição de maior poder em relação ao povo Rikbaktsa que teve a sua vida modificada com a chegada dos não índios, passando a viver de acordo com as regras dos *pacificadores*, conforme Arruda e Pires. Procuramos então nesta pesquisa de cunho qualitativo, fazer um levantamento de material sobre a etnia e a partir de estudos etnográficos com base em entrevistas e observações, reescrevermos esta história sob o olhar de um membro da comunidade Rikbaktsa que viveu momentos marcantes durante este período. Esta pesquisa busca contribuir para a compreensão e construção de conhecimento sobre a história da etnia Rikbaktsa.

**Palavras chave:** Etnia; Rikbaktsa; História;

**ABSTRACT:** the present study search to do the historical context of people Rikbaktsa that immemorially lives on the Juruena river basin to the northwest of the State of Mato Grosso. Considering that there is little content studied and written about it and the records existing until the moment have as reference one or other non-indian, who lived at the occasion of contact with the ethnicity above mentioned, we make a comparison between two views on the Rikbaktsa's history - the of non-Indians and a Rikbaktsa. The first bring the view and the emotions of people who were out of this culture, because they participated in a short temporal gap in the life of this indigenous, which is known by some researchers like the pacification period. We also took in consideration, the fact of these people are in the position of peacemakers, what consequently was a position of larger power in relation to the Rikbaktsa people who had their life changed with the arrival of non-indians, passing to live up to the rules of the peacemakers, according to Arruda e Pires. We aimed then in this qualitative research, to do a survey of material about these people and from ethnographic studies based on interviews and observations, we propose to rewrite the history under the perspective under the gaze of a community Rikbaktsa who lived outstanding moments during this period. This research seeks to contribute to the comprehension and the building of knowledge about the history of Rikbaktsa people.

---

<sup>1</sup> Egressa de Letras - UNEMAT, Núcleo Pedagógico de Juína, MT. E-mail: vanilda.rs@gmail.com

<sup>2</sup> Profª da Unemat - Doutorado em Educação pela PUC/SP. E-mail: cecilfran@yahoo.com.br

**Keywords: Ethnicity; Rikbaktsa; History;**

## 1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES À CERCA DO OBJETO

Este artigo tem por objetivo estudar os Rikbaktsa, uma população indígena filiada ao tronco linguístico Macro-Jê localizada no sudoeste amazônico no Estado de Mato Grosso. Em 2008 este objeto foi escolhido para a elaboração deste trabalho, sendo assim foi feito um levantamento bibliográfico e após leituras e pesquisa tivemos conhecimento de dois dados preocupantes que implicam na memória tribal da etnia.

A primeira surge desde as leituras iniciais, ao observar que pesquisadores deram preferência as fontes bibliográficas escritas por não índios que conviveram com a etnia supracitada durante o período que ficou conhecido no Brasil como Período de Pacificação, que acontecia simultaneamente em vários locais da região amazônica durante o movimento Marcha Para o Oeste em meados século passado.

A segunda surgiu em 2010 ao observar que o banco de dados da FUNASA registrava menos de sessenta pessoas com idade acima de 60 anos. As quais sabem relatar os fatos melhor do que ninguém, afinal foram eles que sofreram as ações dos “pacificadores” e, conseqüentemente, tiveram sua dinâmica modificada com a chegada do “progresso”.

Sendo assim acreditamos que existe a necessidade de incluí-los na história a partir de narrativas de pessoas que vivenciaram a ruína de seu povo e que também participaram diretamente da reconstrução da etnia. Para isso procuramos colocar em diálogo as histórias escritas por Arruda e Pires e levamos ao conhecimento de um membro Rikbaktsa que narrou a sua trajetória de vida e a partir disso iniciamos a reescrita.

Albano Mutzie Rikbaktsa foi escolhido por ser um dos membros mais atuantes e um grande conhecedor da dinâmica de seu povo, pois vivenciou momentos marcantes durante o período de invasão territorial e viu sua etnia entrar em declínio com as mortes provocadas pelos embates e epidemias. Após anos, separado de seu povo enquanto esteve em internatos indígenas, Albano volta para casa e incorpora a vontade de lutar pela recuperação demográfica, das terras e da sua identidade indígena.

## 2 DE VOLTA AO PASSADO

*Entre os índios, o velho é o dono da história,  
o homem é o dono da aldeia,  
e a criança é a dona do mundo.*

*Orlando Vilas Boas*

O povo Rikbaktsa imemorialmente vive na bacia do rio Juruena e seu território tradicional situava-se entre os paralelos 9° e 12° graus de latitude sul e os meridianos 57° e 59° graus de longitude oeste, espalhando-se pela bacia do rio Juruena, desde a barra do rio Papagaio, ao sul, até quase o Salto Augusto no alto Tapajós, ao norte, hoje conhecido como Parque Estadual Igarapés do Juruena; a oeste expandia-se em direção ao rio Aripuanã e a leste até o rio Arinos, na altura do rio dos Peixes, configurando uma região de cerca de 50 mil km<sup>2</sup>.

Esta região que era isolada das cidades abrigava o povo Rikbaktsa e esporadicamente era atravessada por expedições desde o século XVII. Provavelmente não houve contato entre estas e os indígenas que aqui viviam, ou pelo menos nenhum registro que pudesse comprovar um eventual encontro entre os grupos foi encontrado até o momento. A ausência de contato pode ser justificada pelo fato dessas comunidades não serem o foco das expedições que eram científicas, comerciais ou estratégicas.

Albano (2011) relata que entre o seu povo nunca houve contato conhecido ou notícia sobre embarcações ao longo dos rios e acredita que isso se justifica pelo fato do território ser vasto, o que contribuía para que a informação não circulasse com precisão. Devemos levar em conta também que não era hábito deste povo frequentar as margens dos grandes rios devido ao fato de transbordarem nos meses de muita chuva, tornando a vida em suas margens muito difícil. Em suma, as possibilidades de encontro eram mínimas.

Segundo Pacini (*apud* PIRES, 2009, p.27) “a presença dos Rikbaktsa na região é uma incógnita, uma vez que nenhum autor, viajante ou cronista tenha mencionado explicitamente os Rikbaktsa, canoeiros ou orelhas de pau antes de 1942”. Porém, uma citação de 1940 em atas cuiabanas de Steinen (*apud* PEREIRA, 1994, p.11), nos leva a crer que a etnia já havia sido contatada e talvez por um equívoco tenha sido confundida, conforme fragmento a seguir:

23 Nambikwára. 600 na confluência de Rio do Peixe e do Arinos. Caça, pesca, frutas da serra, utensílios de madeira e pedra. Vive habitualmente em guerra com os vizinhos, sobretudo com os Apicá. Não querem ter relação com os brasileiros, atacam canoas que viajam ao Pará, mas têm grande

horror as armas de fogo e não manifestam resistência franca. Nambikwára é uma palavra tupi que significa lóbulo furado [...]

Contrariando o que foi dito por Steinen, a tradição de furar o lóbulo é uma característica dos Rikbaktsa que o faziam em um ritual que marcava o início da fase adulta e no orifício era introduzido botoques de madeira que com o passar dos anos eram trocados, por outros cada vez maiores, fazendo com que o lóbulo se alargasse. Já os vizinhos citados na ata, tinham como tradição furar e introduzir o botoque no lábio superior, o que nos leva a questionar se a etnia relatada na ata seria mesmo os Nhambikwára.

As primeiras notícias certas deste povo foram dadas pelos seringueiros que desde 1850 vinham provocando guerra na Amazônia, visto que com a Revolução Industrial a borracha passou a ser valorizada atraindo pessoas de diversas regiões para o interior da floresta que guardava milhares de árvores seringueiras e diversos povos indígenas. O Pe. Dornstauder (*apud* PIRES, 2009, p.27) faz referência ao seringueiro como uma extensão das bandeiras: “Imitador do fogo bandeirante, herdou daqueles antigos o desrespeito ao índio. Não deixou aldeia em paz. Provocou Guerra.”

O período de extração da borracha durou quase três décadas e segundo Martinello (1988, s/p) “[...] o contrabando de sementes da Amazônia Brasileira fez nascer no sudeste asiático, enormes seringais dispensando a importação da matéria prima brasileira”. No entanto, durante a Segunda Guerra mundial na década de 40 do século XX, os países aliados não tiveram mais acesso à borracha asiática e a única saída foi a Amazônia brasileira, afinal a indústria bélica dependia da borracha para manter a guerra.

Após acordo firmado entre governos brasileiro e americano, começa uma mobilização humana e cerca de cem mil homens se alistaram neste movimento como “soldados da borracha”. Convencidos de fazer riquezas embrenharam na selva à procura de novos seringais, expondo-se a riscos como doenças tropicais, animais selvagens e índios cada vez mais encurralados pelo “progresso”.

Este período, que foi marcado por guerras entre seringueiros e povos indígenas ficou conhecido como Terceiro Ciclo da Borracha que durou de 1942 a 1968 e na ocasião ocorreu o primeiro contato conhecido entre seringueiros e Rikbaktsa. Até o momento não foi encontrado registro escrito do advento e nem registro oral entre o povo Rikbaktsa. Segundo

Pires (2009, p.20), na ocasião estima-se que a população Rikbaktsa fosse superior a 1300 habitantes espalhados em aproximadamente 42 que eram ligadas entre si por trilhas extensas.

Os Rikbaktsa desconhecidos para o resto do mundo, não o era para outros povos que habitavam a região. Temidos pelo *ethos* guerreiro, conseguiram durante muitos anos se impor na região pela arte da guerra, como mostra Moura e Silva (*apud* PIRES, 2009, p.29). “Com a fama de matarem e devorarem conseguiram impor-se por um bom tempo na guerra. [...] Após a pacificação, os Rikbaktsa contaram que se preparavam e se exercitavam para os ataques.” Com isso, durante incontáveis anos afastaram para longe de si etnias circunvizinhas como Cinta Larga e Suruí a oeste; os Kayabi a leste e Tapayuna a sudeste; os Irantxe, Paresí, Nambikwara e Enawenê Nawê ao sul; os Mundukuru e Apiaká ao norte.

Albano (2011) confirma que os guerreiros eram submetidos a treinamentos quando ainda eram jovens, o que os mantinham fortes e corajosos para enfrentar qualquer situação de perigo e afirma também que “a nossa grande segurança durante o tempo todo era a força e a coragem destes guerreiros” (*sic*). Ele recorda de alguns treinamentos e relata que viu vários jovens apanharem involuntariamente com ponta de espinheiro e pacova. O primeiro é uma espécie de coqueiro e a segunda, de banana, facilmente encontrada na região. Isso fazia com que os guerreiros se tornassem mais resistentes às sensações como a dor e o medo.

A “guerra” referida por Albano e alguns estudiosos, entende-se como o período em que os indígenas saíam pela floresta para coletar matéria prima para a confecção de flecha *et alia* e aproveitavam para circular o território a eles pertencente. Ele presenciou a organização de duas guerras e diz que era um período de sentimentos mistos, pois se sentia triste pela ausência de seus familiares que ficavam muito tempo fora de casa, e ao mesmo tempo inseguro, pois na aldeia geralmente só ficavam mulheres, idosos e crianças.

Segundo relatos dele a comunidade planejava o percurso a ser feito e se reunia em uma determinada aldeia na lua marcada. Passavam a noite em festa e pela manhã começavam a se organizar para a partida e a ordem deveria obedecer alguns critérios: um guerreiro que era considerado um dos mais experientes do batalhão, posicionava-se na vanguarda com uma buzina nas mãos; a seguir vinham os grupos de guerreiros separados por clãs e armados com o arco, a flecha ou a borduna, alguns colocavam enfeites na cabeça; na retaguarda tinham outro guerreiro tão experiente quanto o primeiro que também levava uma buzina. No momento da saída o guerreiro da vanguarda tocava o instrumento e os grupos respondiam paulatinamente

com um canto (uma espécie de grito de guerra) até chegar à retaguarda que respondia com a buzina. Desta forma eles adentravam a mata e para os que, assim como Albano ficavam na aldeia ouvindo as buzinas e os cantos cada vez mais enfraquecidos até sumir, o silêncio e a tristeza se apoderavam de seus espíritos, pois sabiam que o período de separação era longo e os perigos que enfrentariam na floresta poderia separá-los para sempre.

Quando ele reflete sobre as táticas de guerra usadas pela sua etnia diz que sente orgulho, afinal “uma grande sabedoria não pode ser encontrada somente nas sociedades que sabem ler e escrever. O meu povo é uma prova disso” (*sic*).

Durante muitos anos as táticas de guerra funcionaram, mas na ocasião do Terceiro Ciclo da Borracha a etnia encontrou dificuldades de se manter na posição de primazia e quando a notícia da invasão dos seringueiros se espalhou entre os Rikbaktsa eles não ficaram em pânico, como relata Albano (2011): “o nosso povo ficou preocupado em saber quem eram, de onde estavam vindo e o que eles queriam da nossa gente” (*sic*). Na opinião dele, a ausência do medo pode ser justificada pelos treinamentos aos quais os Rikbaktsa eram submetidos.

Os primeiros registros mostram ataques de indígenas contra seringueiros, quando teriam matado dois brancos sendo eles: Bibiano Pedroso e Jose Cearense. Nas palavras de Pires (2009, p.27):

É curioso notar que um dos primeiros registros de morte na região mostre ataque de indígenas contra seringueiros, quando, em verdade, esta teria sido uma contrapartida da violência e assassinatos promovidos inicialmente, pela política de expansão da seringa encabeçada pelos seringueiros. Isso foi uma resposta a morte de muitos índios que já vinham acontecendo na região.

Albano (2011) lembra de um ataque dos seringueiros a sua aldeia que era situada na região do rio Arinos. Segundo ele, os seringueiros atacaram a aldeia no fim de uma tarde e como estavam desavisados, tiveram que correr para a mata para poupar as próprias vidas. Não houve morte, mas ele recorda que seu pai, levou um tiro de *raspão* nas costas e os seringueiros levaram seu irmão menor que no momento da fuga foi deixado dentro da rede.

Albano recorda também de uma morte entre os Rikbaktsa, mas sabe que houve outras e pelo fato do território ser extenso, a notícia poderia levar meses, anos ou nunca chegar a sua aldeia. De fato não se sabe ao certo quantos indígenas morreram durante a resistência armada que durou cerca de uma década (1952/1962), porém entre os seringueiros as mortes somaram sete pessoas, dos quais cinco foram *devorados* pelos índios causando pânico entre os seringueiros. Apesar de a antropofagia não ser uma novidade para sociedade ocidental, ela

sempre provoca pânico, o que se justifica pelo fato desta sociedade, que ocupava a posição de colonizador, enxergar o índio com uma visão carregada de princípios teológicos cristãos, diferindo totalmente da visão de mundo dos nativos que praticavam e entendiam este ato como um prêmio pelo bom trabalho desempenhado. Nas palavras de Albano (2011) “comer o inimigo ou um animal em um ritual era como se fosse um troféu. Simbolizava uma grande vitória” (*sic*).

Os embates que às vezes ocasionavam as mortes geralmente aconteciam durante o período de estiagem, quando as expedições de índios e seringueiros que circulavam pela mata, ambos em busca de meios de sobrevivência, se encontravam. Os conflitos foram se agravando na medida em que o projeto ‘Marcha para Oeste’ tomava consistência e nessa ocasião, novos personagens como colonizadores e garimpeiros encorpavam a guerra como relata Athila (2006, p.17):

Grandes porções de terras podiam ser arrendadas [...] Sobrevoada a terra, caso o comprador manifestasse interesse, assegurava-se a venda [...] Ignorando o protocolo de saber-se serem as terras habitadas por índios ou não, o Estado ficava desobrigado a destinar-lhes área de Reserva. [...] As múltiplas equipes de agrimensura eram fortes e sofisticadamente armadas, ‘decididas a tudo’. Quase sempre encontravam aldeias, mas os índios ou afugentavam-se ou eram sumariamente massacrados, sem que o governo fosse ao menos avisado de sua presença.

Neste panorama o povo Rikbaktsa teve que encarar um novo desafio, pois um inimigo desconhecido instalara-se entre eles e ceifou mais vidas que os embates entre índios e não índios. Este inimigo não usava arma e nem dava sinal de sua chegada, silenciosamente as epidemias se alastravam pela floresta e agravadas em sua letalidade fizeram mais vítimas que os embates diretos com os não índios. Os Rikbaktsa que tinham um vasto conhecimento sobre doenças tropicais e o poder de cura das plantas, enfrentaram dificuldades com as moléstias desconhecidas e com isso, tornaram-se vítimas da que provavelmente foi a maior mortandade do vale do Juruena.

Não se sabe ao certo quantas pessoas morreram nesta ocasião e este é um fato que Albano recorda como um dos momentos mais difíceis de sua trajetória, pois ele foi um dos que, além de presenciar este fato, ainda ajudou a sepultar algumas das centenas de vítimas que ele acredita ter sido alvo de alguma dessas doenças que ele nunca soube qual era. Nas palavras de Albano (2011):

Durante o período de guerra os nossos guerreiros abateram um seringueiro que foi esquartejado e trazido pra aldeia por quatro dos nossos homens pra fazer o ritual, como mandava a nossa tradição. O grupo de guerreiros ficou pra trás fazendo uma varredura na área pra garantir a nossa segurança e dos quatro guerreiros que carregavam o corpo esquartejado. Esperamos, esperamos e ninguém apareceu. Depois de alguns dias os guerreiros ainda não tinham aparecido e a comunidade ficou muito preocupada (*sic*).

Na aldeia que Albano morava estavam apenas os idosos, as mulheres, as crianças e o seu tio, que era um dos quatro guerreiros que havia trazido o corpo para o ritual, o qual decidiu ir ao encontro do grupo que ficou na mata, levando Albano que ainda era criança. Andaram durante um dia em mata fechada até que, em um determinado ponto da selva, sentiram o ar pútrido e ao avançarem, avistaram algumas cabanas improvisadas com folhas de açari ou pacova e ao se aproximarem destas, puderam ver alguns corpos dentro de redes, já em estado de decomposição. Albano (2011) relata que:

Uns tinham sido devorados por urubus e outros ainda estavam sendo e eu e meu tio continuamos olhando dentro das redes procurando pessoas vivas [...] a gente queria saber o que estava acontecendo [...] encontramos um homem vivo, mas não adiantou nada porque ele não falava mais, já estava inconsciente e morreu. Ficamos sentados do lado dele esperando que ele terminasse de morrer e depois enterramos o corpo antes de voltar pra nossa casa pra dar a notícia para os nossos parentes (*sic*).

Sem saber se voltaria vivo para casa, Albano diz que ajudou o seu tio a sepultar vários corpos e não deixaram o local sem antes percorrerem toda a área a procura de sobreviventes. Não obtendo sucesso, eles voltaram para a aldeia para levar a má notícia à comunidade que aguardava ansiosa pela volta de seus parentes.

Apesar da nação estar enfraquecida com a perda dos guerreiros, eles ainda mantiveram resistência armada aos seringueiros, tanto que estes se viram obrigados a procurar ajuda do Governo e do SPI<sup>3</sup> e como não obtiveram sucesso, pedem ajuda de padres jesuítas da MIA<sup>4</sup> a fim de “pacificar” os índios. O Pe. João Evangelista Dornstauder, representante desta, inicia o trabalho que durou de 1956 a 1962 apoiado pela MIA e patrocinado por seringueiros.

---

<sup>3</sup> Serviço de Proteção ao Índio criado pelo Decreto-Lei nº 8.072, de 20 de junho de 1910.

<sup>4</sup> Missão Anchieta que era dirigida pelos jesuítas e segundo eles, antes era denominada Prelazia Nullius de Diamantino, criada em 22 de março de 1929 após desmembramento da Arquidiocese de Cuiabá.



O trabalho foi realizado em três etapas, sendo que na primeira foi realizada a atração dos nativos, na segunda a implantação dos PAIs<sup>5</sup> e na terceira e última etapa, a introdução dos indígenas no mundo do trabalho, através dos ensinamentos nos internatos indígenas e no PAI de Barranco Vermelho.

Ainda na primeira etapa do projeto, o Pe. Dornstauder disseminou a prática da não violência entre os seringueiros e propagou o não uso de armas de fogo. A seguir, começa a aproximação dos indígenas mediadas por presentes como miçanga, espelhos e ferramentas que eram deixados espalhados pelas malocas e quando os Rikbaktsa se acercavam, buscavam um diálogo. O primeiro encontro entre os jesuítas e os Rikbaktsa se deu em 30 de julho de 1957, em meio a floresta, quando a equipe avista uma maloca com vestígios de que os índios estiveram ali poucos minutos antes. Deixaram alguns presentes, a senha da “pacificação” e após algumas horas de espera o grupo aparece e inicia uma comunicação mediada por mímicas. O Pe. Dornstauder descreve este primeiro encontro nas páginas de seu diário (*apud*, PIRES, 2005, p.31):

Parece trazer, debaixo da tês clara, algum sangue civilizado [...] Sempre com mímica, falo em português. Dá sinal de compreender. Peço que não mate a nossa gente. Surpreende-nos com a resposta de um “não” bem pronunciado [...] Afinal, após nove meses de caminhadas pelo mato, nas frustrações, na chuva e na sede, muita vezes esfomeados e desorientados, agora, o primeiro resultado, a fala. [...] Por fim, os últimos lampejos reverenciam este dia, beijando de lado a cruz vermelha da pacificação, fincada no meio do terreiro.

A senha referida era uma bandeira branca caracterizada por uma flâmula desenhada com uma cruz de cor vermelha, associada à letra ‘P’, designado ‘*Pax*’ e servia como um recado aos seringalistas, notificando que aquele grupo já teria sido “pacificado”.

Albano (2011) relata que o primeiro não índio que conheceu foi o Pe. Dornstauder, a quem se refere com carinho como “falecido Pe. João”, nesta ocasião a sua família já havia se espalhado pela floresta em função dos ataques de seringueiros e ele estava morando com a sua avó.

Numa tarde eu conversava com minha avó que estava deitada numa rede. Ela já estava muito velhinha e doente, quando meu tio entrou correndo na casa avisando que tinha um homem diferente na aldeia. Meu tio falava: “*Kadiry, kadiry, kadiry*” na nossa língua esta palavra significava velho ou vovô.

---

<sup>5</sup> Postos de Assistência Indígena.

Todos saíram da casa e foram pra perto do homem de roupa branca e quando eu estava indo na sua direção a minha avó falou: “não vai não, não vai não. Ele vai te matar”. Mesmo assim eu fui. O homem falava uma língua que nós não conhecíamos e fazia muitos gestos que não entendíamos muito bem. Eu fui chegando perto dele e comecei falar pra ele ajudar a minha avó que estava doente e quando vi que ele não entendia, eu comecei fazer gestos e consegui levar ele dentro da casa. O homem aplicou uma injeção na minha avó e foi embora. Minha avó morreu uns dias depois. Fizemos a lamentação e sepultamos o corpo dela dentro da nossa casa. Poucos dias depois o Pe. João voltou pra buscar toda a nossa família e nós fomos pro posto de assistência. Andamos um dia inteirinho e quando alguma criança sentia cansaço ele carregava um pouquinho nas costas e quando sentia fome ele dava bolacha, rapadura pra gente comer (*sic*).

Após ter circulado toda a região e espalhado a bandeira em todas as aldeias, o Pe. Dornstauder teria concluído a primeira etapa do projeto e agora com uma equipe maior estaria próximo a dar início a segunda etapa do trabalho. Muitos problemas começaram a surgir obrigando-os a se ocupar das mais diversas tarefas como atender aos doentes, preocupar-se com a alimentação dos nativos, cuidar das crianças órfãs e outros. Com o sucesso da primeira fase o Pe. Dornstauder ganha prestígio diante da comunidade Rikbaktsa e do SPI que começa a se interessar pelo trabalho.

Durante a segunda fase, a tarefa seria a implantação dos Postos de Assistência Indígena e para isso a equipe passa a ocupar *wahoros* (malocas), ou até mesmo barracões de seringueiros para a implantação destes, e isso refletiu relativamente no cotidiano do povo Rikbaktsa que passa a buscar ajuda nos postos para as doenças desconhecidas que continuavam assolando a população. Estes se tornaram espaços de diversidade étnica e nas palavras de Pires (2009, p.36):

Os postos caracterizavam-se por serem espaços de diversidade étnica, com indígenas advindos de diversos lugares, seringueiros, missionários, agentes de Estado e ainda reuniam Rikbaktsa oriundos das mais diferentes facções [...] a Missão Luterana [...] linguistas da *Summer Institute of Linguistics* [...] Neste ‘caldo’ de culturas e intenções, os PAIs iam sendo criados e tocados pelas missões numa clara missão civilizatória.

A maioria dos PAIs foram instalados durante a segunda fase do projeto, sendo o Santa Rosa o primeiro a entrar em funcionamento, mas os que se destacaram foram Escondido,

Japuira, e Barranco Vermelho. O último foi entre todos o mais relevante, pois era ali sediado o centro administrativo da MIA que oferecia assistência médica, educacional e religiosa.

Quando Albano chegou ao PAI de Santa Rosa, reencontrou parte de sua família que não via desde que havia partido com a sua avó. “Foi um momento de grande alegria, eu revi quase toda a família: a minha mãe, meu irmão mais velho Luiz que já tinha furado a orelha e colocado uma rodinha no buraco e até meu pai (*sic*).”

Algo premeditado estaria para acontecer no processo de “pacificação” afinal o número de crianças órfãs nos PAIs aumentava e no ponto de vista dos membros da MIA isso exigia uma solução imediata. Dá início então, a terceira etapa do projeto, pois chegaram à conclusão que somente em longo prazo e através das crianças, poderiam atingir seu objetivo maior que era a “civilização dos nativos”. O Pe. Tolksdorf, um dos membros da MIA, deixa registrado em seu diário o que pensava sobre a educação dos indígenas (PACINI *apud* PIRES 2009, p.36):

Dá muito trabalho pra gente ensinar cultura aos selvagens [...] é um martírio ter de ver as destruições e ainda mostrar cara de alegre; pois estou entre selvagens e antropófagos, os quais devem ser amansados e feito gente no nosso sentido. Sim são ainda semi animais, sob vários aspectos ainda animais mesmo. Para fazer deles alguma coisa, é preciso começar com as crianças. Senão tudo ficará em vão. Preguiçosos como nunca.

A MIA conclui que a educação era a forma mais eficiente de “pacificação” e retira então todas as crianças das aldeias e PAIs para o Internato Jesuítico de Utariti que era o centro educacional mais próximo. Criado em 1948, o internato era considerado pela MIA um ‘oásis no cerrado’ e estava localizado às margens do rio Papagaio no município de Campo Novo do Parecis a 650 km de Cuiabá e a quase 200km do território Rikbaktsa. Chegou a abrigar mais de 1000 crianças “órfãs” advindas de diferentes povos do Estado de Mato Grosso. Todas despesas deveriam ser custeadas pela MIA, que não tinha recursos suficientes para manter tanta gente, o que os obrigava a receber doações nacionais e internacionais, bem como a ajuda de moradores, seringalistas e colonizadores regionais. Além das atividades educacionais, o internato mantinha práticas agrícolas e domésticas, que também ajudavam nas despesas do mesmo.

As atividades oferecidas aos indígenas eram diferentes daquelas que estavam habituados e para adequá-los ao convívio da sociedade ocidental, a proposta foi oferecer uma

educação planejada. Nas palavras de Pacini (*apud* PIRES, 2009, p.39) “[...] foi planejada uma educação sistemática das crianças para que elas fossem intermediárias da civilização e da fé cristã para seus grupos autóctones, tidos como selvagens e pagãos.” Desta forma, quando as crianças chegavam ao internato elas passavam por um “processo em que as manifestações de identidade eram reprimidas [...] um trabalho aculturativo planejado que visava encorajar os indígenas a assumir a identidade de índio genérico” (ARRUDA, 1992, p.182).

As crianças e jovens indígenas tiveram suas vidas reorganizadas fora dos padrões tribais, passando a ter que obedecer as regras do internato, o que modificou significativamente suas vidas, como afirma Pires (2009, p.39):

Assim parece que era a vida no Utiariti: muito trabalho, submissão a autoridade dos Padres e Irmãs e grande diferença de condições de vida entre indígenas e missionários [...] não podiam falar a língua materna e nem realizar suas práticas culturais, além de sofrerem repreensão e mau trato [...] os que não se enquadravam às regras recebiam castigos físicos como bater e deixar sem almoço. [...] A comida era servida separada para as crianças e os jesuítas [...] para os primeiros eram servidos sempre variações de arroz, aveia e trigo de gosto ruim [...] Já os padres tinham uma alimentação especial, com carne, salada, batata, arroz, etc.

No internato os indígenas tinham como primeira tarefa do dia, ir à Missa e posteriormente as meninas se ocupava da limpeza do internato, culinária, aulas de tricô, corte e costura e os meninos se dividiam entre o trabalho na lavoura e aulas de carpintaria, pecuária, apicultura, mecânica e outros. À tarde frequentavam aulas de Português, Matemática, Geografia, História e Religião e tinham horários de folga pra brincar e se divertirem, no entanto, todas as atividades com exceção da Missa, eram feitas em grupos separados por sexo e idade e a rotina diária era encerrada com um terço antes de dormirem. Assim viveram as crianças e jovens a quem Arruda (1992, p.192) refere como ‘geração Utiariti’.

Albano e sua esposa Maria Elisa, hoje com mais de sessenta anos foram levados para o Internato Utiariti quando crianças. Não eram órfãos, porém não tiveram escolha, pois as crianças eram entregues pelos próprios responsáveis por terem admiração pelo Pe. Dornstauder. Segundo eles, as crianças eram catequizadas, batizados e recebiam um nome em Português em homenagem ao padrinho ou madrinha de batizado, que geralmente era um membro da MIA. O nome de Albano, que antes era Mutzie, passa a ser Albano Mutzie e sua esposa que antes se chamava Mautsio, passa ser Maria Elisa Mautsio.

A permanência de Albano no Utiariti foi curta, pois logo ele foi encaminhado para outro internato indígena na cidade de Diamantino-MT, deixando pra trás Maria Elisa e outros Rikbaktsa. Ambos afirmam que não veem o internato como os pesquisadores descrevem.

Não fomos impedidos de usar a nossa língua, nós esquecemos ela por que ficava mais difícil pra gente conviver com outros povos falando línguas diferentes. Não fomos impedidos pelos padres de fazer apresentação cultural, na verdade tinha os dias que eram liberados para as práticas culturais e nesses dias eles até assistiam a gente [...] os padres e freiras eram autoritários sim, e muitas vezes, quando a gente fazia alguma coisa errada, a gente ficava de castigo, mas eu culpo o período que o Brasil estava vivendo, que era o período da Ditadura. Tanto fazia se era escola de índio ou não existia castigo. (ALBANO, 2011, *sic*)

No internato Albano diz que aprendeu muitas coisas, “inclusive o ABC” (*sic*), mas relata que também aprendeu muito sobre a vida. “Foi lá que me tornei consciente de minha importância, da importância de meu povo e da importância de nossas terras” (*idem*). Vale ressaltar também que, no internato Albano reencontrou seu irmão que havia sido levado pelos seringueiros na tarde em que a sua aldeia fora atacada.

Em meados da década de 1960 aconteceram transformações no posicionamento da Igreja Católica quanto aos indígenas, acarretado por críticas e “acusações de trabalho colonialista e exploração dos indígenas” (PIRES 2009, p.41). Em 1968 a igreja optou pelo fechamento dos internatos indígenas e começa a devolução das crianças e jovens às suas aldeias de origem. Alguns dos exilados no internato já não tinham mais famílias e nem terras e tiveram que procurar novos territórios para então formar novas aldeias. Concomitantemente a volta dos exilados, foi criada por decreto federal a primeira TI<sup>6</sup> destinada aos índios Rikbaktsa, a TI Erikbaktsa era muito pequena, mas oportunizou a essa etnia um novo começo.

Quando os exilados regressaram, desembarcaram no PAI Barranco Vermelho e enfrentam dificuldades de adaptação, pois apesar do posto manter praticamente a mesma forma de vida dos internatos, muito tempo havia se passado e os exilados já não se sentiam mais parte da etnia. A cultura havia se distanciado pelos anos de separação e a grande maioria havia esquecido o próprio idioma.

Albano que nesta ocasião já era adulto, relata que naqueles dias viveu novamente um momento de grande emoção, que foi reencontrar seu pai, seus irmãos e muitos amigos, porém

---

<sup>6</sup> Terra Indígena.

mesmo diante dessa alegria não deixava de pensar nas dificuldades que enfrentaria. As dúvidas eram muitas: será que conseguiria se readaptar ao seu povo? Como faria pra sobreviver se ali não tinha emprego?

Cheguei a pensar em ir embora, voltar pra cidade. O meu maior medo era de não conseguir me manter aqui. Lá em Diamantino, que era o lugar onde eu vivi nos últimos anos, eu já trabalha numa marcenaria e já ganhava o meu sustento [...] Um dia, meu pai conversou comigo e me falou das preocupações dele com o futuro do nosso povo e ele conseguiu me tocar e a preocupação com o nosso povo falou mais alto e eu resolvi ficar para lutarmos junto por uma vida (idem).

Não demorou muito ele já estava reaprendendo o idioma, buscando melhoria com a formação de uma cooperativa e também casado com Maria Elisa, a quem ele reencontrou após longos anos de separação.

O retorno dos exilados e outros acontecimentos foram fundamental para a recuperação e a independência da etnia que, em 1969 estava em decadência com aproximadamente 300 indivíduos dos 1300 que antes habitavam a região na ocasião do contato em 1957. Os embates e as epidemias trazidas por trabalhadores e jesuítas dizimaram 77% da população.

A situação se agravou mais uma vez quando os habitantes dos PAIs Escondido e Japuira tiveram que subir o rio acuados por garimpeiros, seringueiros e fazendeiros, sendo obrigados a procurar abrigo na reserva Erikbaktsa que era a única homologada. Esta que desde o começo já se mostrara insuficiente, não atendeu a necessidade da comunidade que passou a viver aglutinada na pequena área que abrangia apenas 3% do território original. No entanto, a reserva seria o fio condutor para algumas mudanças significativas que viriam a acontecer, já que a etnia começava a adquirir autonomia. Os jovens, agora alfabetizados, puderam tomar a frente da escola dispensando as “Irmãzinhas” (PACINI *apud* PIRES 2009, p.43) que tinham sido professoras. A MIA, que esteve à frente das decisões até o momento retirou-se, pois não havia mais a necessidade de sua permanência no local. Os últimos membros se retiraram de vez do antigo PAI Barranco Vermelho em 1977, pois ali, desde algum tempo deixara de ser PAI para ser a Aldeia Barranco Vermelho.

Com a insuficiência da reserva começam a surgir novas tensões, pois os índios dependiam de recursos naturais para sua sobrevivência e a falta desses os obrigava a circular em áreas vizinhas que agora havia se tornado fazendas. A cada ano a situação piorava, pois a população indígena crescia significativamente, visto que no final da década de 1970 já

contabilizava aproximadamente 380 indivíduos. Este fator colaborou para a expansão do território Rikbaktsa e após lutas políticas foi devolvida outra parte do território, a TI Japuira com 148.450 *hectares*, demarcada em 28/11/1985 também por Decreto Federal. Porém, a sua posse só aconteceu um ano depois, após expulsão dos antigos invasores e esta tarefa não coube ao Governo e sim aos próprios Rikbaktsa que lutaram arduamente após a homologação. Nesta ocasião a etnia somava 511 indivíduos e Albano lembra que:

Foi difícil a retomada do Japuira. Os fazendeiros não queriam abrir mão delas. Foi por pouco que não houve morte. Não queríamos mais guerra e relevamos muita coisa. Não queríamos brigar. Era só a terra que a gente queria. Sentimos esquecidos pelo governo, mas no final tudo deu certo (*sic*).

Com a conquista da TI Japuira, Albano juntamente com outros membros Rikbaktsa, tiveram tempo disponível pra dedicar-se a outros assuntos que estavam pendentes e a cooperativa era um deles. Essa, desde a criação era dirigida por Albano, que era membro fundador, trocava as produções internas por bens manufaturados. Amparado pela comunidade sentiu que era hora de criar um modelo mais consolidado, nasceu então a ASIRIK<sup>7</sup> e ele lembra que:

A ASIRIK surgiu depois de conversas com os membros da comunidade e viagens que muitas vezes durava mais de mês. Agradeço a comunidade que sempre nos apoiou, alguns se dedicando diretamente e outros dando apoio mesmo que de longe. Ela não foi uma conquista só da comissão organizadora. Ela é uma conquista do povo Rikbaktsa. Agradeço também a minha mulher, Maria Elisa Mautsio por entender a necessidade do nosso povo e cuidar de nossa vida, dos nossos filhos enquanto eu estava fora. (*sic*).

Outra reivindicação dos Rikbaktsa era a devolução de uma terceira TI e em 1996, com a população praticamente restabelecida somando mais de 900 indivíduos, receberam a terceira terra após mais de uma década de espera. Com a lentidão do processo a TI Escondido, com aproximadamente 169.139 hectares sofreu uma grande extração de madeira nobre, pois a sociedade envolvente já sabia que a perderiam. A posse legal da terra foi feita em 1998, quando foi criada ali uma aldeia que leva o mesmo nome da terra.

Do território tradicional de 50,000Km<sup>2</sup> e 5 milhões de hectares aproximadamente, restaram apenas 401.381 hectares de mata amazônica em três terras homologadas pelo Governo Federal, como mostra o mapa abaixo, sendo duas contíguas, a TI Erikpaktsa (1968)

---

<sup>7</sup> Associação Indígena Rikbaktsa.

e Japuira (1986). A terceira é a TI Escondido (1998), que é separada das duas primeiras por vastas fazendas e fica na margem oposta do rio Juruena, sediando o município de Cotriguaçu.



Mapa 1<sup>8</sup>

A etnia que chegou a 300 indivíduos no final da década de 1960 hoje se encontra recuperada demograficamente com uma população de 1.334 indivíduos em 33 aldeias distribuídas ao longo dos rios Juruena, Sangue e Arinos, segundo informações do SIAS<sup>9</sup> em 27/10/2011. A maioria delas localizadas as margens do rio Juruena por ser de fácil acesso ao município de Juína onde está à base da FUNAI. Albano lembra que morar nas margens dos grandes rios contraria a tradição de seu povo que antes habitava as cabeceiras de córregos e completa que:

Foi uma decisão tomada pelo falecido Pe. João que achou que seria mais fácil pra Missão cuidar da gente. Eles sempre vinham de barco. Na verdade muita coisa mudou na nossa vida depois que a Missão chegou por aqui. As vezes eu paro e fico pensando como seria se eles não tivessem vindo. Pelo rumo que as coisas estavam tomando eu acho que não ia sobrar nenhum Rikbaktsa vivo. [...] eu vejo também muitos erros na conduta dos padres, mas eles além de nos proteger da morte pela mão do seringueiro ainda nos ensinaram a lidar com problemas que viriam mais tarde (*sic*).

<sup>8</sup> Mapa retirado do site <http://ti.socioambiental.org/pt-br/#!/pt-br/regiao> acessado em 27/02/2013.

<sup>9</sup> Sistema de Informação e Atenção a Saúde Indígena



Entre outros problemas, Albano faz referência ao assédio frequente por parte dos madeireiros diante da grande variedade de madeira existente no território Rikbaktsa e diz com orgulho que sempre resistiram a isso e espera que as novas gerações também o façam:

Nem quando a gente estava tentando se reerguer não aceitamos proposta alguma [...] sentamos com a comunidade e decidimos que iríamos preservar e hoje eu vejo que fizemos a coisa certa. [...] sempre estaremos buscando novas saídas para garantir a nossa sobrevivência e a permanência da floresta nativa ao mesmo tempo (*sic*).

Desde a retirada dos membros da MIA, os Rikbaktsa vem buscando estas saídas econômicas em projetos auto-sustentáveis, que através da ASIRIK busca implementar programas financiados pela FUNAI, outros órgãos governamentais e ONGS. Estes projetos visam atingir a comunidade como um todo, não ficando nos limites de uma aldeia. Embora os Rikbaktsa prezem a autonomia individual, a coletividade é preponderante.

O consumo e parte da renda dos Rikbaktsa são sustentados pela coleta tradicional de produtos naturais que é praticada diariamente e pela agricultura que foi incentivada pelos membros da MIA. A comercialização de parte desses produtos naturais como, a Castanha do Pará, que hoje é mundialmente conhecida como Castanha do Brasil, o peixe, o artesanato, *et alia* e a venda de sua força de trabalho, geralmente para órgãos governamentais (saúde e educação) e raras vezes na iniciativa privada, tem garantido a sobrevivência das muitas famílias que também dependem do auxílio de programas do Governo Federal como o Bolsa Família.

Entre os produtos comercializados, destaca-se a castanha do Brasil, que em função da queda na produção da arte plumária e da proibição da pesca em cumprimento das leis 5.197<sup>10</sup> e 7.679<sup>11</sup> teve aumento significativo. O PIC<sup>12</sup> vem contribuindo através da organização da produção e da comercialização baseado na melhora da qualidade das castanhas indígenas, na valorização das castanhas no mercado e finalmente, na motivação dos índios para o aumento da produção.

Quanto às funções exercidas pelos membros da comunidade como funcionários do governo, destacam-se o emprego de agente de saúde, professor, administrativo, empregos temporários como brigadista e outros.

---

<sup>10</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5197.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm). Acessado em 01/11/2011.

<sup>11</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7679.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7679.htm). Acessado em 01/11/2011.

<sup>12</sup> Programa Integrado de Castanha.

Na educação, os Rikbaktsa demonstram seu esforço em harmonizar a cultura tradicional com os desafios do futuro nas nove escolas espalhadas em suas terras, que funcionam em parceria com o governo do estado de Mato Grosso e dos municípios envolventes. Cerca de 20 professores da própria comunidade dão aulas para o ensino fundamental de Língua Materna, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Naturais. A última serve como um transmissor do conhecimento tradicional da natureza para as novas gerações. Os professores, geralmente aproveitam os temas abordados pela disciplina para ensinar na prática, durante a realização de tarefas executadas tanto nas matas quanto nos rios. Com este modelo de educação, os professores visam transmitir aos jovens a importância da preservação.

Na opinião de Albano, a luta agora é recuperar a dignidade étnica em meio a transformações ocorridas ao longo dos anos pós-contato.

Hoje somos uma etnia forte e a nossa luta é outra. Não fazemos mais guerras como no passado. Pra que fazer guerra? Não tem motivos, não precisamos mais disso. Não temos ‘afinidade’ com os outros povos e sim um respeito mútuo, e sempre que precisamos nos reunimos para discutir assuntos que interessa a comunidade indígena no geral, fora isso, conversamos pouco quando nos encontramos na CASAI<sup>13</sup> ou na FUNAI. (ALBANO, 2011, *sic*)

Albano mora com parte de sua família na aldeia União, fundada por ele mesmo. Três de seus sete filhos trabalham em órgãos do governo e residem na cidade.

Durante o período em que foram gravados os relatos contidos neste trabalho, Albano se dividia entre várias tarefas, porém, a mais importante delas era a execução de um projeto de sua autoria, que visava o resgate cultural da etnia Rikbaktsa. Para ele a cultura é muito importante e uma das coisas que não abre mão é de falar no próprio idioma. Sempre que é possível ele fala, canta, escreve com grande habilidade, pois segundo ele “a língua é a única coisa que eu tenho certeza que é minha. [...] minha consciência e minha identidade indígena foi herdada de meu falecido pai<sup>14</sup> e assim como ele, eu irei compartilhar com o meu povo tudo o que sei e sei que também vou aprender com eles (*sic*).”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

<sup>13</sup> Casa de Saúde Indígena situada no município de Juína.

<sup>14</sup> O velho Tapema faleceu em 2005 e era um líder cujos pensamentos ultrapassaram os limites de sua aldeia e é tido como ícone pelos membros Rikbaktsa e também pelos pesquisadores que conviveram com ele.

Sabemos que os povos indígenas sempre estiveram em batalha pela sobrevivência, mesmo antes da chegada do europeu ao Brasil, porém com este advento as batalhas deixaram de ser apenas interétnica e os povos indígenas de um modo geral, passaram a ter um inimigo em comum: o não índio. Uma das mudanças significativas na cultura destes povos foi o recuo para o interior, ocasionado pelo que a sociedade ocidental insiste em chamar de “progresso”. O que, de acordo com o olhar Rikbaktsa, não se revela como tal, embora nutram ainda hoje admiração por algum padre e reconheçam terem aprendido coisas valiosas com a educação em processo formal dos não índios. Apesar de ter se passado mais de quatro séculos de invasão ao território brasileiro, a sociedade estimada em mais de 40 milhões de habitantes, concentrava-se em sua maioria no litoral, pouco se aventurando no interior. Na década de 1940, quando as fontes de matéria prima naquela região já haviam se esgotado, aos olhos do governo a única saída estava no “vazio demográfico” que deveria ser ocupado imediatamente para a revitalização do capitalismo.

A “Marcha para o Oeste” asseguraria a prosperidade da nação através da exploração dos recursos naturais e humanos principalmente das regiões Norte e Centro-oeste e, além disso, integrariam estas regiões ao restante do país. No discurso oficial, Vargas prometeu que os povos indígenas seriam defendidos por conterem as verdadeiras raízes da brasilidade (GARFIELD, 2000. s/p), porém na prática, o que aconteceu foi à invasão territorial durante a época turbulenta da Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil, que visava o progresso industrial, construiu invisibilidade social para o indígena, que seria, segundo a avaliação do não índio, um selvagem, um animal que precisava ser “pacificado”, o que significava dentro desta lógica, ceder aos interesses hegemônicos do governo, dos seringalistas que estavam a serviço do capitalismo em fase de revigoração e expansão de produção. Os Rikbaktsa, assim como outras etnias, não compartilham desta lógica e manifestavam outra forma de relacionamento com o mundo, com a natureza, com as pessoas. Interessante notar pelos textos lidos e as narrativas colhidas que essa “animalidade” atribuída a este e outros povos indígenas, foram mobilizadas pela dissonância entre os olhares, o pensar a vida e a relação que estabelecem com o mundo. O indígena, via de regra, posiciona-se como um ser livre e não comprometido com as perversidades do capitalismo, preferindo a vida simples em harmonia com a natureza.

No caso dos Rikbaktsa, a tentativa de invasão que durou anos e ocasionou inúmeros embates, só foi consumada com a chegada da Missão que assegurou a entrada das frentes de extração ao mesmo tempo em que diziam estar protegendo os indígenas. A Missão que foi financiada por estas frentes com a intenção de “pacificar” os Rikbaktsa, causou um impacto desarticulador sobre os índios que sobreviveram fisicamente e, mesmo passando pelo processo de formação de “novos índios”, ainda mantém sua cultura viva. Contudo, a Missão não teve apenas pontos negativos, pois diante do cenário de guerra que provavelmente levaria os Rikbaktsa ao extermínio, colaborou com o “cessar fogo” e também propiciou as condições para recuperação física dos indígenas em um momento que nenhum órgão competente se preocupou com eles. Os Rikbaktsa tiveram apenas duas opções: morrer ou viver. Se optassem pela vida teriam que se entregar aos jesuítas, para serem “catequizados”, caso contrário, morreriam nas mãos dos extrativistas. A escolha foi feita e hoje já recuperados demograficamente, os Rikbaktsa tem como desafio, encontrar a harmonia entre o tradicional e o contemporâneo sem abrir mão de pequenas ações como prestar atenção nas estrelas, nas águas dos rios, no comportamento dos animais, nas sementes brotando da terra, no desabrochar das flores da mata e nos frutos crescendo nas árvores.

Vale ressaltar que mesmo tendo sofrido toda ordem de violência, terem sido empurrados para áreas cada vez menores de terra, colocados na invisibilidade, expostos à contaminação pelos não índios a doenças que não tinham imunidade ou resistência física para se recuperarem delas, chegando a óbito e sendo dizimados também por isso, os Rikbaktsa nutriram admiração por alguns de seus “pacificadores”, incorporando nomes de não índios em seus nomes de nascimento como demonstração de algum vínculo de afetividade por alguns não índios. Sendo assim, fica para nós a interrogação que se materializa da seguinte forma: Que lógica é essa do Rikbaktsa que mesmo tendo sofrido toda ordem de aviltamento, precisando lutar incessantemente para pouparem suas vidas, tendo sofrido pelos seus mortos e pela condição de invisibilidade e descaso a que foram vítimas, alimentam admiração e afetividade por alguns daqueles que os expuseram ao risco de extinção? Em pleno século XXI estes povos ainda precisam lutar por condições mínimas de sobrevivência, pois a sociedade não índia não os acolhe com dignidade. Sua luta e resistência ao modo como foram tratados ao longo do processo histórico não resultou em seu embrutecimento e frieza diante do não índio, dando mostras de uma possibilidade humana e resiliência ainda intrigante. Esta questão

que se impõe a nós na fase final desta pesquisa fica como provocação para estudos posteriores. Consolidamos no decorrer do trabalho a convicção de que muito temos que aprender com os Rikbaktsa, sua lógica, seu modo de vida, seu olhar e seus conhecimentos.

#### REFERÊNCIAS:

ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira. **A Luta por Japuira** - In ACONTECEU Especial nº 17. Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI -, São Paulo, 1987.

\_\_\_\_\_. **Os Rikbaktsa: Mudança e tradição. (Tese de Doutorado em Antropologia) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.**

\_\_\_\_\_. **Rikbaktsa** - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/rikbaktsa/print>. Acessado em: 06/05/2011.

\_\_\_\_\_. **Rikbaktsa, os canoeiros do Rio Juruena-** Margem, São Paulo, Nº 17, P. 99-102, JUN. 2003.

ATHILA, Adriana Romano. **Arriscando corpos: permeabilidade, alteridade e as formas de socialidade entre os Rikbaktsa (Macro-Jê) do sudoeste amazônico.** 2006. Tese (Doutorado em Antropologia) IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GARFIELD, Seth W. **As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-nação na era Vargas.** Revista Brasileira de História. vol.20 n.39 São Paulo 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882000000100002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882000000100002&script=sci_arttext). Acessado em: 14/11/2011

MARTINELLO, Pedro. **A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Vale Amazônico.** São Paulo: 1998. Disponível em: <http://www.tomdaamazonia.org.br/biblioteca/files/Cad.Prof-4-Historia.pdf>. Acessado em: 05/06/2011.

PEREIRA, Adalberto Holanda. **O pensamento mítico do Rikbaktsa.** Instituto Anchieta de Pesquisas - São Leopoldo, RS, 1994.

PIRES, Paula Wolthers de Lorena. **Rikbaktsa: um estudo de Parentesco e Organização Social.** (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.